

Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023).

Carolina Freitas, Douglas Barros e Felipe Demier.
São Paulo: Usina Editorial, 2023.

Renato Fernandes¹

Junho e seus desdobramentos continuam a ser um enigma mesmo após uma década. *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil* é uma ótima contribuição para interpretar esse enigma, pois se trata de uma coletânea ampla e diversa fincada numa análise crítica do processo e por muitos autores-atores que participaram ativamente nas mobilizações e que procuraram refletir sobre esse longo processo que se abriu com Junho.

Para os organizadores da coletânea, Junho foi um *acontecimento*, uma aceleração do processo e da luta de classes no Brasil: um contra-tempo aos “dez anos de concertação e paz social” (p. 9) que o antecederam e uma reviravolta no interior da própria dominação burguesa que intensificou as suas tendências autocráticas e abriram espaço para a hegemonia de uma “lumpem-burguesia” chegar ao poder (p. 10). Se é possível dizer, tal como afirma os organizadores, que “Junho acabou”, é também dialeticamente possível afirmar que “seus dilemas seguem nos atravessando nas veredas” (p. 11) abertas por suas nas enormes manifestações. Não estamos mais no *acontecimento*, mas Junho ainda nos atravessa.

A coletânea é composta por 14 contribuições de diferentes militantes e intelectuais. Alguns textos realizam análises mais específicas enquanto outros tentam trabalhar com uma perspectiva

¹ Professor de Ensino Superior na área de Ciências Políticas e Econômicas na Faculdade de Tecnologia de Sumaré. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas na área de Pensamento Político Latino-Americano com graduação em Ciências Sociais (2007) e mestrado em Ciência Política (2011) pela mesma universidade.

mais geral – seja sobre o que foi Junho, seja sobre seus impactos na política brasileira. As análises partem de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, mas todas no interior do marxismo e da teoria crítica. Para essa presente resenha, pretendemos dar um panorama geral sobre os textos, agregando as interpretações de alguns autores. Antes de entrar nessa interpretação, vale destacar que um dos pontos fortes da coletânea é justamente essa diversidade sob o mesmo prisma: os autores buscam interpretar Junho, suas temporalidades, contradições, diferenças, etc., a partir da ideia de que o acontecimento foi um processo progressivo e marcou um ponto de ruptura ou de não retorno na situação da luta de classes brasileira. Progressivo não quer dizer homogêneo, muito pelo contrário, como os próprios autores trabalham em seus textos, foi um processo permeado por contradições, possibilidades de desenlaces diferentes, com desfechos não previstos e muitas vezes contrários às apostas das massas que foram para as ruas em 2013.

O primeiro texto é do historiador Marcelo Badaró Mattos que buscou interpretar Junho e seus reflexos na luta de classes na última década. Para Mattos, o Junho “nosso” foi o das manifestações por direitos, dos movimentos sociais e subalternos. Esse Junho já era fruto do ascenso sindical que vinha se processando nos anos anteriores e que contribuiu para à Primavera Feminista, às ocupações de escola, às greves gerais contra Michel Temer, entre outros ciclos de mobilização no período. Diferentemente desse Junho, o “deles” ainda que se abriu com a crise provocada pelas manifestações, aconteceu principalmente a partir da Lava Jato e das manifestações pró-impeachment – com o golpe de 2016 e a chegada de Bolsonaro sendo os pontos altos desse ciclo de mobilização. A volta das direitas para as ruas é o principal símbolo desse Junho deles (p. 26). Aprofundando esse argumento, o historiador Felipe Demier fala sobre a existência não de um, mas de dois “Junhos”: o de luta pelos direitos e o da anticorrupção e antipolítica. Dessa forma, as contradições de Junho não são o resultado do processo, mas o próprio processo que envolve um conjunto de combinações,

arranjos e desarranjos que atravessa de maneira desigual e combinado as próprias mobilizações. Como afirma Demier, “a forma pela qual a classe dominante reagiu a Junho, *ainda em junho*, está diretamente ligada não só ao Golpe de 2016, mas também, e por conseguinte, ao bolsonarismo” (p. 55).

Em seu texto, o psicanalista Douglas Barros afirma Junho como uma ruptura: da ordem política inaugurada com a transição democrática pelo alto da Ditadura Militar e do regime de alternância entre uma direita da ordem e uma esquerda da ordem. Ruptura em sentido marxista: uma mudança na qualidade dos ritmos políticos, dos atores e das lutas políticas. Uma reconfiguração na cena política que rompeu o “consenso costurado às duras penas no pós-ditadura” (p. 37).

Ainda no campo de interpretação sobre o caráter de Junho, o texto do professor Rafael Vieira afirma que o erro principal dos “cientistas sociais e cientistas políticos” é considerar o acontecimento “como um todo homogêneo” (p. 111), sem as disputas e as contradições que são próprias dos processos de luta de classes. Ele propõe uma perspectiva de interpretação própria da temporalidade do acontecimento que coloca que a partir da entrada da direita na disputa sobre o significado de Junho (a partir de 17 de junho), de forma desigual e combinada, a luta por direitos e os protestos populares vão dando espaço para as pautas que tomaram forma nas manifestações conservadoras dos anos posteriores – em Junho houve uma disputa, porém o desenlace dessa disputa só aconteceu nos anos seguintes.

Como escrevi acima, várias das contribuições entram em análises mais específicas que contribuem também para o entendimento mais geral de Junho. Um desses textos é o da professora Elaine Behring que busca interpretar como a onda conservadora iniciada após Junho influenciou as políticas sociais. Para ela, ganhou força uma “gestão tecnocrática liberal da pobreza” (p. 92) que responsabiliza os indivíduos por sua situação. A gestão neoliberal das políticas sociais foi acentuada após o golpe de 2016 e durante o governo neofascista de Jair Bolsonaro.

Três contribuições procuram desmitificar a ideia de que Junho foi um movimento da direita brasileira ou que o acontecimento foi o responsável pela extrema-direita. O historiador Gilberto Calil buscou em seu texto criticar o conceito de *guerra híbrida* e sua aplicação para explicar o Junho brasileiro. Segundo ele, as manifestações de direita e extrema-direita em Junho foram extremamente fracas e “não há nada que permita estabelecer um nexo de continuidade” entre as manifestações reacionárias de 2015-16 e Junho, “seja em termos de perfil social e etário, seja no que se refere às pautas e objetivos” (p. 127). Já Marco Pestana buscou demonstrar as alterações no discurso do PT entre as manifestações de Junho, o momento do golpe e a ascensão neofascista. Para o autor, o discurso de negação de Junho que permanece nos círculos de intelectuais e da direção do PT é um “sintoma do longo processo de transformismo experimentado pelo partido” (p. 139). Já o texto de Demian Melo procurou responder a pergunta se “Junho de 2013 pariu o bolsonarismo?” (p. 166). Sua resposta é de que a onda conservadora (mais ampla do que o bolsonarismo) é uma reação a luta por direitos desencadeada por Junho e que foi impulsionada pela disputa que houve em Junho (com a entrada da grande mídia e dos setores de direita) e também com o ciclo de mobilizações reacionárias que ocorreram nos anos posteriores a Junho.

O texto de Rômulo Mattos é bastante interessante por entrar em um tema pouco explorado apesar das repercussões nas redes sociais: a cena musical e os reflexos das mudanças na luta de classes abertas por Junho. Outro texto interessante é o de Douglas Alves que trabalha a questão da identidade e representatividade – problemas complexos da luta de classes que atravessam Junho e a crise de hegemonia aberta por ele.

Já a historiadora Rejane Hoeverler analisa a criminalização dos protestos de Junho por meio da interpretação das falas do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos que em “nome da democracia” defendeu a repressão aos protestos desencadeados em 2013 (p. 275).

Por último, temos um conjunto de textos que atravessam a principal pauta das mobilizações de 2013: a questão urbana. No texto da militante do *Luta Popular*, Irene Guimarães, vemos como Junho abriu um ciclo fértil para ocupações nas periferias urbanas, materializando e potencializando a luta dos movimentos sociais. Ela destaca que “a radicalidade experienciada em ocupações por trabalhadores sem-teto (...) são parte do que foi Junho de 2013” (p. 247).

O texto de Sandro Oliveira e Tiaraju D’Andrea procurou demonstrar como a *Revolta da Tarifa* (nome que conceitualizam o acontecimento de Junho) está calcado numa segregação socioespacial e como o problema do transporte – maior do que o do trânsito – é a questão chave para compreensão da revolta das classes populares nesse processo. Um dos pontos interessantes é o de pensar a catraca como um demarcador de uma sociedade excludente, racista e dependente: “A catraca seleciona quem circula e quem não circula. Indica quem passa e quem não passa. A catraca é o demarcador.” (p. 259).

Já o texto da organizadora Carolina Freitas reflete sobre os impactos da luta de classes na questão urbana, discutindo sua influência a partir de Junho e as significativas alterações nas políticas e as lutas sociais. Um dos apontamentos interessantes é pensar que o programa *Minha Casa, Minha Vida* “operou como (...) alavanca” (p. 301) da desigualdade urbana no pré e pós-Junho. Porém, o principal efeito da política urbana neoliberal foi a “onda inédita de valorização do solo urbano” que tornou as cidades “mais injustas, mais fragmentadas e muito piores para viver” (p. 302).

Por todos esses apontamentos, o livro *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil* é uma leitura importante. As diferentes contribuições ajudam a compreender o acontecimento de 2013 e suas implicações na luta de classes: seja no golpe, na ascensão e no governo neofascista ou ainda na compreensão dos limites das políticas de conciliação de classe dos governos petistas.